



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**A CONSTRUÇÃO DO PROCESSO IDENTITÁRIO DAS MULHERES NO
CONTEXTO DAS REDES SOCIAIS: INTERSECÇÕES ENTRE A GESTALT
TERAPIA E A PSICOLOGIA SOCIAL**

Autoras: Ana Clarisse Fonsêca dos Santos
Dália Margarida da Nóbrega Oliveira

Prof. Orientadora: Karina Veras.

NATAL/RN

2024

RESUMO

A construção identitária das mulheres tem sido central nos debates sobre gênero, com a história da existência feminina sendo moldada por uma perspectiva patriarcal, heteronormativa e eurocêntrica. Este trabalho propõe uma análise da construção da identidade feminina através da interseção entre a Psicologia da Gestalt e a Psicologia Social. Utilizando uma abordagem qualitativa e exploratória, a pesquisa fundamenta-se em autores como Perls, Hefferline e Goodman, Judith Butler, Michel Foucault, Kurt Lewin e Serge Moscovici, o levantamento bibliográfico foi realizado por meio de bases como PePSIC e SciELO. Explorando conceitos de Self, introjeções e representações sociais, a pesquisa revela que os mecanismos que moldam o ser mulher não são neutros, mas estão enraizados em estruturas históricas de dominação, que limitam a autenticidade subjetiva e reforçam papéis sociais normativos. A pesquisa sugere que a adoção de uma perspectiva decolonial pode abrir novas possibilidades de resistência e transformação dos processos identitários das mulheres, desafiando as estruturas opressoras ainda vigentes.

Palavras-chave: Gênero, Mulheres, Identidade feminina, Gestalt-Terapia, Psicologia Social.

INTRODUÇÃO

Os debates acerca de gênero e processo de construção identitária tornam-se cada vez mais relevantes para a compreensão dos sujeitos, seus lugares sociais, violências sofridas e reproduzidas ao longo do percurso histórico, especialmente pelas mulheres. Ao longo do percurso histórico, a lógica patriarcal tem reservado às mulheres um papel socialmente secundário que se ramifica em diversas esferas sociais, devido a um conjunto de representações e obrigações (SAFFIOTI, 1992, p. 186). Considerando-se que foram renegadas, milenarmente, à ínfima atuação político-social, sendo impelidas a incorporar comportamentos profundamente enraizados no imaginário coletivo das sociedades por todo o percurso histórico, os quais são perpassados pelas exigências que àquelas devem ser subservientes e submissas aos homens de sua circunscrição de vivência, a invisibilidade e a opressão tornaram-se corriqueiras na realidade feminina, transfigurando-se não somente em impeditivos normativos, na ordem da conquista de direitos, mas também aqueles intrínsecos à sua própria existência e construção de si mesmo.

A pesquisa pretende explorar o conceito de gênero, e sua implicação na construção dos papéis sociais, bem como, apresentar, partir da análise de conceitos gestálticos da Teoria do Self e das introjeções, e no campo da psicologia psicossocial, da Teoria das Representações Sociais, a interseção entre as duas abordagens no que diz respeito à formação identitária e processo de subjetivação das mulheres.

O conceito de gênero, fundamentado nas ciências sociais, é essencial para desnaturalizar e historicizar as desigualdades entre homens e mulheres. Esta construção sócio-histórica binarista das identidades masculinas e femininas revela como papéis sociais pré-estabelecidos se consolidam em ordem hierárquica, atribuindo direitos e espaços específicos aos homens e às mulheres. O gênero, como construção social, reflete valores e normas culturais que moldam tanto a identidade de cada pessoa quanto a sua percepção sobre o outro, portanto, partindo de uma abordagem interseccional, a presente pesquisa aborda em seu enfoque processos de mulheres brancas e negras.

Prefacialmente, faz-se destacar interseccionalidades enquanto uma área de estudo particularmente interessada na articulação entre dois ou mais marcadores sociais de um indivíduo ou grupo de indivíduos (e.g., AKOTIRENE, 2019; ALVES; MURTA; MOREIRA; 2021; CRENSHAW, 1989). Assim, com o intuito de aprofundar a interlocução sobre gênero, a partir da compreensão do processo de construção identitária dessas mulheres, estruturou-se o presente trabalho à luz da intersecção entre a Psicologia da Gestalt e a Psicologia Social.

O estudo foi realizado através de uma revisão bibliográfica, que contempla as bases teóricas de materiais já publicados, incluindo artigos científicos, dissertações, teses e livros. A pesquisa possui caráter qualitativo, de natureza básica e objetivo explicativo. O procedimento adotado foi a revisão integrada, através de buscas nas bases de dados PePSIC e Scielo, utilizando os seguintes descritores: Gênero, Feminismo, Psicologia Social, Gestalt-Terapia, Mulher, Violência, Teoria do Self, Teoria de Campo, Representações Sociais, e Identidade de gênero, como instrumento de análise de dados. Como referência, autores da Psicologia da Gestalt e da Psicologia Social, como Husserl, Lewin, Perls, Hefferline and Goodman (1997), Judith Butler, Moscovici, Jolenet, além de outros referenciais dessas abordagens, com a contribuição de Ginger e Ginger (1995), Ribeiro (2007), Frazão, e demais autores que discutem sobre gênero, feminismo, representações sociais e violências. Desse modo, serão apresentadas contribuições de autores contemporâneos que se debruçam acerca da temática em apreço.

Invocando a escritora, filósofa existencialista, ativista política, feminista e teórica social Simone de Beauvoir, “o homem é definido como ser humano e a mulher como fêmea” (BEAUVOIR, 1970, p.72), denota-se que a interpretação da existência feminina corresponde na verdade, à uma perspectiva essencialmente masculina, que perpassa, invariavelmente, pela lógica patriarcal, heteronormativa, machista e sexista, metamorfoseada em circunstâncias incessantes de dominação, perpetuação de preconceitos e discriminações. A autora elucida a importância de desnaturalizar os papéis de submissão que perpassam o

feminino e compreendê-los com base em uma visão social, econômica, cultural, histórica, política e psicológica ao argumentar,

A MULHER? É muito simples, dizem os amadores de fórmulas simples: é uma matriz, um ovário; é uma fêmea, e esta palavra basta para defini-la. Na boca do homem o epíteto "fêmea" soa como um insulto; no entanto, ele não se envergonha de sua animalidade, sente-se, ao contrário, orgulhoso se dele dizem: "É um macho!" O termo "fêmea" é pejorativo, não porque enraíza a mulher na natureza, mas porque a confina no seu sexo. E se esse sexo parece ao homem desprezível e inimigo, mesmo nos bichos inocentes, é evidentemente por causa da inquieta hostilidade que a mulher suscita no homem; entretanto, ele quer encontrar na biologia uma justificação desse sentimento. (BEAUVOIR, 1980, p. 25).

Nas palavras de Preciado (2014, p. 152), entende-se que tal subordinação não só foi construída como perpetuada, ao longo da história, por ideários masculinos e que estes, por sua vez, investiram todas as suas forças para mantê-los, através das oposições binárias, natureza/cultura, feminino/masculino, reprodução/produção, assim como a concepção das tecnologias como algo que não passa de modos de controle do corpo das mulheres e da reprodução. Nas palavras de Preciado (2014, pág. 10), o pós-feminismo dos anos noventa insiste, assim, na urgência de conceber o sujeito e o agente político não como um centro autônomo de soberania e conhecimento, mas como uma posição instável, como o efeito de constantes renegociações estratégicas de identidade.

Apesar das conquistas da luta feminista, como direitos civis, acesso ao mercado de trabalho e contracepção, ainda persistem símbolos e normas que definem o “ser mulher” na sociedade, incluindo expectativas sobre corpo, estilo de vida, autoestima, fragilidade, maternidade e solidão. As mulheres são orientadas sobre como se comportar, vestir, pensar, agir, comer e se relacionar, tudo através de uma lógica binarista. Esses discursos são propagados por normas e diretrizes que moldam o comportamento feminino, tornando-o conformado e produtivo (RIPOLL, 2008). Um desses aspectos é a representação de gênero, cujos debates precedem a criação do próprio termo, comumente permeados pela lógica binarista do masculino e feminino.

De acordo com Judith Butler (2019), o gênero passa a ser concebido mediante a estilização de atos e do corpo, através da performance repetida desses atos, constituindo a ilusão de um “eu permanente”, que gesticula, se movimenta, e dá contornos ao seu corpo, de acordo com determinadas normas de gênero. Desse modo, os atributos do gênero são performativos, e não essenciais construídos e auto naturalizados em corpos masculinos ou femininos. Desse modo:

Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra, de um sexo desta ou daquela maneira. Levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. (BUTLER, 2003, p. 24)

Portanto, partindo da compreensão de gênero enquanto categoria de análise social, à identidade de gênero implicam os atributos, comportamentos, e papéis convencionalmente estabelecidos e hierarquizados ao “masculino” e ao “feminino”. Dentro dessa divisão, ou melhor, do aminguamento do modo de ser, mulheres são levadas a performar, desde crianças, ideais que são facilmente introjetados em uma dimensão pré-interiorizada da experiência, ou seja, a dinâmica do “ser mulher” perpassa obrigatoriamente pela introjeção das características que atendem aos papéis impostos pela sociedade. Como sintetiza Louro (1997, p. 26):

(...) Os sujeitos também se identificam, social e historicamente, como masculinos ou femininos e assim constroem suas identidades de gênero. Ora, é evidente que essas identidades (sexuais e de gênero) estão profundamente inter-relacionadas; nossa linguagem e nossas práticas muito frequentemente as confundem, tornando difícil pensá-las distintivamente. No entanto, elas não são a mesma coisa. Sujeitos masculinos ou femininos podem ser heterossexuais, homossexuais, bissexuais (e, ao mesmo tempo, eles também podem ser negros, brancos, ou índios, ricos ou pobres etc). O que importa aqui considerar é que — tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade — as identidades são sempre construídas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento. Não é possível fixar um momento — seja esse o nascimento, a adolescência, ou a maturidade — que possa ser tomado como aquele em que a identidade sexual e/ou a identidade de gênero seja "assentada" ou estabelecida. As identidades estão sempre se constituindo, elas são instáveis e, portanto, passíveis de transformação.

Além disso, Davis (1981) abrange um debate referente à intersecção entre gênero, raça e classe na criação de opressões. Estabelecendo esse nexos entre capitalismo, sexismo e racismo, a autora contempla o domínio, poder e controle existente desde o sistema escravista até os tempos posteriores à abolição da escravatura, a partir da reconfiguração de inúmeras violências para com as mulheres negras, com base nas explorações de seus corpos em esferas econômicas, sexuais, reprodutivas, entre outras.

A abordagem gestáltica, e dentro dela, a Gestalt-Terapia, possui extenso campo de sustentação teórica, enraizada em postulados filosóficos (Ribeiro, 2006). A fundamentação filosófica da GT está baseada em três pilares centrais: o Humanismo, a Fenomenologia e o Existencialismo, tanto através de Husserl, iniciador da fenomenologia, quanto de Lewin, psicólogo influenciado pela Escola da Gestalt. Isso significa que a abordagem gestáltica está

comprometida com uma visão de ser humano e de mundo, o que assegura maior consistência epistemológica para a abordagem (Ribeiro, 2006).

Outras teorias fundamentais que influenciaram a Gestalt-Terapia foram a Psicologia da Gestalt, a Teoria de Campo e a Teoria Organísmica. Portanto, do ponto de vista gestáltico, a compreensão do sujeito e a produção de subjetividade são entendidos como um processo relacional, fazendo uso da teoria de campos. Para tal feito, os criadores desta abordagem, apoiados pela fenomenologia Husserliana, desenvolvem sua teoria na qual chamam de teoria do self. Para Husserl, o “eu” é essencialmente o sujeito da experiência, aquele que experimenta e interpreta o mundo.

É nesse mesmo sentido que Perls, Hefferline & Goodman (1997) destacam que qualquer estudo do ser humano, seja fisiológico, psicológico ou sociológico, não pode ser dissociado dos fenômenos históricos, sociais e culturais, que são intrínsecos às coisas. Para a Gestalt-Terapia, o indivíduo é mais do que a soma de suas partes, e a abordagem foca na interação entre o organismo e o ambiente, mediada pela fronteira de contato, onde ocorre a experiência. O produto dessa interação é o Self, um processo dinâmico de ajustamento criativo, e não uma entidade fixa.

Em Gestalt-Terapia, compreendemos self a partir de três dimensões: função Id (o ‘isso’ da situação), função Ego (função de ato) e a função Personalidade (alienação ao outro social)¹. Propomos o enfoque à função personalidade, a qual pode ser descrita como a capacidade para a representação das próprias vivências de contato. É tudo aquilo que permite ao sujeito reconhecer nessas representações, uma identidade objetiva, figuras e papéis sociais, para qual então passará a fruir. Em arremate, PHG (1997, p. 148), entendem que a função personalidade é “o sistema de atitudes adotadas nas relações interpessoais; é a admissão do que somos, que serve de fundamento pelo qual poderíamos explicar nosso comportamento, se nos pedissem uma explicação”.

Nas palavras de Ginger e Ginger, (1995, p. 128), a função "personalidade" integra as experiências passadas, moldando a autoimagem e o sentimento de identidade, permitindo que

¹ [...] o Id é o fundo determinado que se dissolve em suas possibilidades, incluindo as excitações orgânicas e as situações passadas inacabadas que se tornam conscientes, o ambiente percebido de maneira vaga e os sentimentos incipientes que conectam o organismo e o ambiente. O Ego é a identificação progressiva com as possibilidades e a alienação destas, a limitação e a intensificação do contato em andamento, incluindo o comportamento motor, a agressão, a orientação e a manipulação. A Personalidade é a figura criada na qual o self se transforma e assimila ao organismo, unindo-a com os resultados de um crescimento anterior. Obviamente, tudo isso é somente o próprio processo de figura/fundo [...] (PERLS; HEFFERLINE & GOODMAN, 1997, p. 184)

o indivíduo se reconheça em suas atitudes e escolhas. Nessa dimensão, se desenvolvem a vida moral, os valores éticos, as instituições e, principalmente, as identidades sociais, incluindo as de gênero. PHG (1997, p. 187) acrescenta que, quando o comportamento interpessoal é neurótico, a personalidade se baseia em conceitos errôneos sobre si mesmo, como introjeções e máscaras. É a figura criada e assimilada ao organismo, unida aos resultados dos crescimentos anteriores, ou seja, um fundo de vividos, e constrói o senso de identidade do sujeito, portanto, é responsável por um impacto profundo em sua forma de estar no mundo, ou seja, a sua-autoimagem.

Portanto, a Gestalt-terapia, com seu aparato conceitual e crítico, permite entender as relações de poder no processo de subjetivação, bem como a relação entre opressão, dominação, submissão, hierarquização e desvalorização de gênero destacando que a função personalidade não se forma apenas pelo crescimento individual, mas também pela assimilação da figura-fundo e pelas introjeções coletivas. Esse processo de ingerir "verdades" sem assimilação é descrito como introjeção, ou "[...] o ato de engolir sem assimilação" (ROBINE, 2006, p. 64).

O introjeto pode seguir dois caminhos: ser rejeitado e eliminado como algo estranho e doloroso, ou o self pode se identificar parcialmente com ele, reprimindo a dor e tentando aniquilar uma parte de si, mas a rejeição nunca é totalmente erradicada, gerando uma divisão neurótica (PHG, p. 149). Quando o self tem muita personalidade, carrega muitas situações inacabadas, atitudes inflexíveis e lealdades desastrosas; ou então, abdicou completamente de si, e sua percepção de si mesmo é formada pelos introjetos (PHG, p. 231).

Paralelamente, em relação às imposições normativas de gênero que afetam todos os corpos desde a infância, Butler (2012) explica que as formas de existir no mundo são construídas por repetição de atos e gestos, tornando-se cristalizadas por scripts culturais que determinam como devemos pensar, sentir e agir. Roteiros rígidos sobre masculinidade e feminilidade são inscritos em nossos corpos, e leis sociais são estabelecidas (LOURO, 2018).

De encontro a tudo que já foi exposto, impõe o debate juntamente com a Psicologia Social, por sua vez que esta abordagem se propõe a um fazer implicado com o interjogo das opressões e seus impactos na vida subjetiva e relacional das pessoas. Nas palavras de Martín-Baró (1996, p. 9):

Percebe-se cada vez com maior clareza que as definições genéricas procedentes de outros lugares trazem uma compreensão de nós mesmos e dos outros muitas vezes míope diante das realidades que a maioria dos nossos povos enfrenta e são inadequadas para captar sua especificidade social e cultural (MARTÍN-BARÓ, 1996, p. 9).

É através da abordagem psicossocial que a representação social ganha uma teorização desenvolvida por Serge Moscovici e aprofundada por Denise Jodelet. Para o autor, a psicologia social seria caracterizada por empregar um olhar ternário, capaz de incluir o sujeito, o objeto e o outro em seus esquemas interpretativos (Moscovici, 1984). Nessa perspectiva, tanto o sujeito quanto o objeto são instâncias sociais, já que dependem da relação com o outro para serem constituídos.

Jodelet (1984) define as representações sociais como uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e compartilhada, que possui uma finalidade prática e contribui para a construção de uma realidade comum a conjunto social” (Jodelet,1989/2003,p.53, tradução livre). Desse modo, vão se organizar e interpretar a vida social, orientando condutas e tornando novos objetos familiares, ao passo que refletem e moldam a realidade social. Nesse contexto, a teoria busca entender como indivíduos, comunidades e instituições produzem saberes sobre si mesmos e sobre os objetos sociais relevantes (Jovchelovitch, 2008, p.87).

A teoria das Representações Sociais estuda fenômenos complexos e o senso comum, abordando questões como exclusão. Enquanto as pesquisas de cognição social exploram como os processos cognitivos básicos influenciam relações sociais, as representações sociais investigam como os processos sociais moldam os processos cognitivos (Vala & Castro, 2013). Moscovici (1978/2012a,p.27) destaca que a transformação de um saber implica um salto entre universos de pensamento, resultando em um novo tipo de conhecimento. Quando apropriado pelo senso comum, o sabor científico é adaptado às necessidades sociais, gerando as representações sociais, que elaboram comportamentos e comunicam valores, noções e práticas, estabilizando a vida social (e.g., objetivação e ancoragem²), com o objetivo de tornar familiar a realidade, garantindo a comunicação e as práticas sociais (Santos, 2005).

² Para Moscovici (2009), ancorar é “classificar e dar nome a alguma coisa. Coisas que não são classificadas e que não possuem nome são estranhas, não existentes e ao mesmo tempo ameaçadoras” (MOSCOVICI, 2009, p. 61). Nesse sentido, “Categorizar alguém ou alguma coisa significa escolher um dos paradigmas estocados em nossa memória e estabelecer uma relação positiva ou negativa com ele” (MOSCOVICI, 2009, p. 63). Já o entendimento de objetivação, é identificar dentro de uma ideia uma qualidade icônica, ou seja, reproduzir em imagem aquilo que era um conceito. “A materialização de uma abstração é uma das características mais misteriosas do pensamento e da fala. Autoridades políticas e intelectuais, a exploram com finalidade de subjugar as massas” (MOSCOVICI, 2009, p. 71)

As representações sociais são simultaneamente produto e processo. Como produto, englobam crenças, opiniões e valores; como processo, refletem a atividade simbólica que reconstrói o real em discursos, imagens e comportamentos (Dany, 2016). Naturalizam-se na vida dos indivíduos, traduzindo questões abstratas em realidades concretas, que passam a ser aceitas como verdades. Exemplos disso incluem representações hegemônicas da maternidade, como o “instinto materno”, as representações recriam cenários de dominação ao moldarem feminilidades e masculinidades, determinando normas e expectativas sobre o que significa “ser mulher” no contexto coletivo, influenciando identidades e subjetividades.

Diante de um histórico de submissões, violações de direitos e normativas de gênero que sustentam opressão e violência contra corpos específicos, é urgente que a Psicologia da Gestalt e a Psicologia Social reconheçam as implicações das estruturas de dominação nas relações sociais e na construção identitária das mulheres, promovendo discussões sobre modos de resistência. Assumindo a postura contra-normativa da Gestalt-Terapia e o enfoque social da Psicologia Social, a interseccionalidade entre essas abordagens permite refletir sobre a constituição identitária e os processos de subjetivação das mulheres. Assim, surge a seguinte problemática: Como as introyeções e normativas sociais influenciam o processo de construção identitária das mulheres?

RESULTADOS

Diante dos argumentos esposados, ao refletir sobre a construção identitária das mulheres, foi possível estabelecer um diálogo entre a teoria do Self, da Gestalt-Terapia, e a Teoria das Representações Sociais, no âmbito da Psicologia Social. Ambas reconhecem a importância da experiência e dos processos interacionais: para a Gestalt-Terapia, a realidade é construída nas interações entre organismo e ambiente (experiência individual); para a Teoria das Representações Sociais, esse impacto ocorre no contexto coletivo.

O Self, ao operar como função Personalidade, não é uma dimensão estática, mas algo imbricado nas relações sociais que o sujeito desenvolve no contato, sendo organizado pelo meio, como destacado por Müller-Granzotto e Müller-Granzotto (2012). Nesse processo, o Self destrói-se e refaz-se continuamente, assimilando ou descartando elementos novos, mediado pela figura-fundo, que inclui as esferas de dominação, controle e poder como patriarcado, racismo, machismo e sexismo.

Assim, ao se adequar ao que “se tem” e ao que “se é” em determinado momento, a função Personalidade é inevitavelmente atravessada pelas experiências vividas. Destaca-se que a forma como cada mulher se apresenta no mundo está profundamente vinculada à assimilação e reprodução das representações sociais do “ser mulher”, muitas vezes sem que haja espaço para questionamento ou avaliação.

Considerando a influência teórico-epistemológica da Teoria de Campo de Kurt Lewin, que também se destaca nas bases epistemológicas da Psicologia Social, volvendo seus estudos para as interações de grupo com o ambiente -, na gestalt-terapia, a concepção de campo está na base de toda a teoria e prática. A teoria do Campo é o fato de que todo campo se organiza em função do que ocorre nele e tudo tem um sentido que deve ser compreendido nessa interação (Perls et al., 1998; Rodrigues, 2013). Portanto, nas palavras de Ribeiro (2007a, p. 77) a questão é saber como o campo se organiza se conservando e, ao mesmo tempo, se transformando. O contato é a força permanente do crescimento e a consciência emocionada é o veio que garante e produz mudanças” .

O campo, entendido como uma teia de vínculos e relações dinâmicas no espaço e no tempo, molda crenças tanto no nível pessoal, através da experiência individual (formação figura-fundo), quanto no social, refletindo as representações de um povo sobre um fenômeno. Na Gestalt-Terapia, a experiência revela a temporalidade, assim como as representações sociais expõem o modus operandi de um período histórico.

As identificações sociais do Self seguem moldes estabelecidos, levando muitas mulheres a performar identidades que não refletem quem realmente são. Exemplos incluem a cultura de chá revelação, a divisão entre “cor de menino” e “cor de menina”, o furo na orelha de recém-nascidas, conceitos como “cabelo bom” e “cabelo ruim”, a ideia de que mulheres mais velhas não devem usar roupas curtas, estereótipos como “negras são da cor do pecado”, a rejeição a corpos femininos musculosos, a exigência de estarem sempre arrumadas e até mitos como a sincronização menstrual.

Assim, a função Personalidade do Self é impedida de operar de forma autêntica, pois os elementos sociais disponíveis para identificação são construídos e impostos. O esforço para se encaixar em padrões não é uma questão individual, mas coletiva, refletindo a necessidade de corresponder às expectativas sociais em aparência, comportamento, estilo de vida e identidade, em detrimento das infinitas possibilidades de ser mulher.

Segundo Passos (1999) e Zanello (2018), normas sociais que atribuem características a homens e mulheres são assimiladas como introjetos desde a infância, naturalizando papéis sociais por meio de instituições, educação, mídias e entretenimento. Essa normatização influencia comportamentos, atos e até a expressão de afetos e emoções. No caso das mulheres, esses introjetos historicamente moldaram suas formas de se relacionar (Zanello, 2018).

Nessa perspectiva, se as representações sociais funcionam como guias de conduta, como também permitem justificar posteriormente os comportamentos e práticas sociais adotadas (Abric, 2001b), significa dizer, portanto, que desempenham um papel fundamental no modo como os indivíduos explicam e legitimam suas ações diante do outro, incluindo aquelas que ocorrem em contextos de interação intergrupar (Abric, 2001b), servindo à diferenciação social e à criação ou manutenção de relações assimétricas de poder, que são processos típicos dos níveis posicional e ideológico de explicação (Doise, 1982, 2002), à medida que as próprias mulheres se constituem também enquanto engrenagem para a manutenção desses padrões.

Nas redes sociais, especialmente no TikTok e Instagram, surgem tendências como “clean girl”, “vanilla girl”, “messy girl”, “tradwife” e “mob wife”. Essas “estéticas” representam conjuntos de comportamentos e visual que definem estilos categorizados, principalmente para o público feminino, com o objetivo de transmitir um ideal de beleza, estilo de vida e comportamento.

A estética "clean girl" é marcada por uma aparência minimalista e "natural", incluindo práticas como meditação, alimentação saudável, exercícios, skin care, roupas neutras e ambientes claros. No entanto, ela se apropria de elementos da cultura negra, como cabelos penteados para trás, brincos de argola e gloss transparente, símbolos de resistência. Ao associar esses elementos a mulheres brancas, a estética apaga a história das pioneiras negras e reforça padrões eurocêntricos, privilegiando peles claras, traços finos e cabelos lisos ou ondulados.

Essas tendências se renovam constantemente, impondo novos estilos a serem seguidos por mulheres de todas as idades. Embora disfarçado de autoexpressão, esse conceito reforça padrões e cria identidades pré-determinadas, ditando não apenas beleza e moda, mas também comportamentos, hábitos e até como pensar. A construção identitária, associada ao consumo,

alimenta um mercado que promove a busca compulsória por um corpo magro, estilo de vida consumista e uma personalidade alinhada a um sistema binarista e excludente.

Desse modo, entendendo que é através do corpo em que se expressa subjetivamente o sujeito, o corpo-sujeito torna-se corpo-objeto, à luz da representação de um ideal feminina enquanto mecanismo de dominação de mulheres. Como visto, a imposição de representações às mulheres é uma realidade revigorada e revisitada incessantemente pelas épocas históricas – da idade antiga à contemporânea. Diante da tentação de renaturalizar uma identidade homogênea de referência, como feminina, burguesa e branca. É também o espaço prolífico mais intenso na contraprodução de prazer, à medida que atua como um controle sobre as mulheres, e seus corpos, mantendo como reféns, uma vez que não se acessa novas experiências. Isso dificulta no processo de tornar-se consciente uma vez que sua forma de pensar e ser-no-mundo.

CONCLUSÃO

A construção da identidade e subjetividade das mulheres, como processo intrinsecamente coletivo, evidencia a intersecção entre os conceitos de introyecção e representação social. As mulheres, ao longo de suas trajetórias, absorvem normativas impostas pelo campo sociocultural em que estão inseridas, performando modos de existir alinhados a modelos hegemônicos, que reforçam estruturas de poder patriarcais, racistas e sexistas. Essa dinâmica ressalta a dualidade abordada pela Gestalt-Terapia e pela Psicologia Social: enquanto o Self, na sua função Personalidade, integra vivências e introyetos que moldam a autoimagem, a Teoria das Representações Sociais evidencia como essas normas se perpetuam e se naturalizam no âmbito coletivo.

A pesquisa demonstra que esses mecanismos, longe de serem neutros, estão alicerçados em dispositivos históricos de dominação que delimitam os modos de ser mulher, restringindo a autenticidade subjetiva e reafirmando papéis sociais normativos. No entanto, ao analisar a interface entre Gestalt-Terapia e Psicologia Social, fica evidente a potência de ambas as abordagens para desconstruir essas normativas e estimular novas possibilidades de existência e resistência. A introdução de uma perspectiva crítica e decolonial, ancorada em epistemologias interseccionais, pode abrir caminhos para repensar os processos identitários, desafiando as estruturas opressoras que ainda vigem.

Ademais, embora a presente pesquisa tenha atingido seus objetivos, ela também abre espaço para novos desdobramentos. Investigações futuras podem aprofundar os impactos das redes sociais sobre os processos de subjetivação de mulheres, especialmente entre adolescentes, analisando como ideais estéticos e culturais são difundidos e transformados nessas plataformas. Esse campo de estudo revela-se crucial para compreender como, em um contexto digitalizado, surgem novas formas de controle e resistência no que tange à construção das identidades femininas.

Referências

AKOTIRENE, Carla Santos. Interseccionalidade . São Paulo: Sueli Carneiro; Polén. 2019.

ALVES, Cláudia de Oliveira; MURTA, Sheila Giardini; MOREIRA, Ana Luísa Coelho. “Sobre presença e ausência: revisão de literatura sobre mulheres negras no suas”. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negro s/as (ABPN), [S.l.], v. 13, n. 36, p. 601-628, maio 2021.

AZEVEDO, Hermes. Gestalt-Terapia: Uma incômoda versão de mundo e de relação. Revista Igt na Rede, Tijuca, v. 16, n. 30, p. 50-63, 2019. Disponível em: <https://www.igt.psc.br/ojs/viewarticle.php?id=216&layout=html>. Acesso em: 18 mar. 2024.

BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARNEIRO, S. (1995). Gênero, raça e ascensão social. *Revista Estudos Feministas*, v. 3, n. 2. Rio de Janeiro: UFRJ.

Connell, R. (2016). Gênero em termos reais. São Paulo: NVersos.

CRENSHAW, Kimberle. “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”. *Revista de Estudos Feministas*, v. 7, n. 12, p. 171-188, jan. 2002.

FRAZÃO, Lilian. ROCHA, Sérgio. Gestalt e Gênero. Configurações do masculino e feminino na contemporaneidade. Campinas: Livro Pleno, 2005.

Lewin K. *Princípios de psicologia topológica* São Paulo: Cultrix; 1973.

Lewin K. *Teoria de campo em ciências social* São Paulo: Pioneira; 1965

Lewin, K. (1997). *Self-Hatred Among Jews (1941)*. American Psychological Association.

MARTÍN-BARÓ, I. (1996). O Papel do Psicólogo. *Estudos de Psicologia*. Disponível em <https://www.scielo.br/j/epsic/a/T997nnKHfd3FwVQnWYYGdqj/?format=pdf>. Acesso em: 05 abril. 2024.

MÜLLER-GRANZOTTO, M. J; MÜLLER-GRANZOTTO, R. L. Clínicas gestálticas: o sentido ético, político e antropológico da teoria do self. São Paulo: Summus, 2012.

NOVAES, Joana V.; VILHENA, Junia de. De Cinderela a moura torta: sobre a relação mulher, beleza e feiúra. *Interações*, São Paulo , v. 8, n. 15, p. 9-36, jun. 2003 . Disponível em [De Cinderela a moura torta: sobre a relação mulher, beleza e feiúra \(bvsalud.org\)](#).

PERLS, F., HEFFERLINE, R., & GOODMAN, P. (1997). Gestalt-terapia (3a ed., F.R. Ribeiro). São Paulo: Summus Editorial.

Ribeiro, J. P. (2006). Vade-mécum de Gestalt-terapia: Conceitos básicos. São Paulo: Summus.

Ribeiro, J. P. (2007a). A resistência olha a resistência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23(spe), 73-78.

Ribeiro, J. P. (2007b). Eu-tu-nós: A dimensão espiritual da alteridade nos ciclos de contato. *Revista da Abordagem Gestáltica*, 13(1), 135-146.

Ribeiro, J. P. (2007c). *O ciclo do contato: Temas básicos na abordagem gestáltica*, 4ª ed. São Paulo: Summus.

Ribeiro, W. F. R. (2007). Gestalt-terapia no Brasil: Recontando a nossa história. *Revista da Abordagem Gestáltica*, 13(2), 255-259.

Rodrigues, H. E. (2013). Relações entre a teoria de campo de Kurt Lewin e a Gestalt-terapia. In: Frazão, L. M.; Fukumitsu, K. O. (org.). *Gestalt-terapia: Fundamentos epistemológicos e influências filosóficas*, p. 114-144. São Paulo: Summus.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Rearticulando gênero e classe social. In.: OLVEIRA, Albetina; BRUSCINI, Cristina. (Org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

TEDESCHI, L. A.; TEDESCHI, S. L. A História das Mulheres (séc. XX - XXI): entre poder, resistência e subjetivação. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 11, n. 26, p.508-529, 2019. Disponível em: <http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180311262019508>.

TELES, M. A. A.; MELO, M. *O que é violência contra a mulher*. 1 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002.

WOOLF, N. *O Mito da Beleza: Como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres*; tradução de Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1992.